



Governo do Estado de São Paulo
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Departamento Econômico Financeiro

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 385.00000407/2025-35

Interessado: Guilherme Muraro Derrite, Marcos Gerhardt Lindenmayer, Michel Minerbo, Roberto Antonio Diniz, Tzung Shei Ue

Assunto: Livro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal da CETESB nº 10

ATA DA 664ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

30.10.25

Aos trinta dias de outubro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, por vídeo conferência através da plataforma “Teams”, realizou-se a seiscentésima sexagésima quarta reunião do Conselho Fiscal, com a participação dos Conselheiros a seguir citados: senhores GUILHERME MURARO DERRITE, MARCOS GERHARDT LINDENMAYER, MICHEL MINERBO, ROBERTO ANTONIO DINIZ e TZUNG SHEI UE, os empregados da Diretoria de Gestão Corporativa e Sustentabilidade da CETESB: MARCIO NEGRÃO MAROLLA, Gerente do Departamento Econômico Financeiro, ANA ELISA QUEIROZ CORREA, Gerente da Divisão de Operações de Controladoria e que secretariou a reunião. Iniciados os trabalhos, em atendimento ao **Item II – Plano de Trabalho Mensal conforme Deliberação CODEC nº 03 de 29/11/2019: Item I da pauta:** Aprovação da ata da 663ª reunião do Conselho Fiscal, de 25/09/2025. A ata foi lida, discutida, votada e aprovada por unanimidade pelos senhores Conselheiros. **Item 4.1 - Demonstrações Financeiras /Contábeis - Analisar os balancetes e/ou demonstrativos financeiros do período.** Com relação aos aspectos contábeis e em atendimento a este item, a senhora Ana Elisa apresentou os resultados contábeis do mês de setembro/25. Destacou que as receitas brutas foram de R\$ 43,3 milhões. Os custos dos serviços e produtos vendidos, adicionados às despesas administrativas e outras receitas/despesas, totalizaram R\$ 53 milhões. O resultado foi R\$ 9,7 milhões de prejuízo contábil, decorrente, principalmente, pela não liberação da Subvenção e não repasse da TCFA do Ibama. Adicionalmente, foi apresentada a evolução das despesas referentes ao convênio médico da Unimed, contratado para os empregados desde março de 2025, bem como a redução gradual das despesas remanescentes do plano de autogestão de assistência médica, que vêm diminuindo ao longo dos meses. No tocante ao período de janeiro/25 a setembro/25, os dados foram os seguintes: as receitas brutas foram de R\$ 451,1 milhões (2024 foram R\$ 473,4 milhões). Os custos dos serviços e produtos vendidos, adicionados aos demais custos, despesas administrativas e outras receitas/despesas, totalizaram R\$ 502,6 milhões (2024 foram R\$ 479,6 milhões). O resultado foi R\$ 51,5 milhões de prejuízo contábil (2024 foi R\$ 6,2 milhões de prejuízo contábil). **Item 4.2 – Fluxo de Caixa – Acompanhar o planejamento financeiro:** O fluxo de caixa foi disponibilizado, no Portal de Governança, nos seguintes formatos: **a)** o montante previsto

para o ano de 2025, com os valores detalhados mês a mês; **b)** o montante realizado em 2025, com os valores detalhados mês a mês e **c)** o montante do período realizado de 2025, adicionado com o montante previsto para o período restante de 2025, ambos com os valores detalhados mês a mês. Estes demonstrativos, assim como os relativos ao item “Orçamento Financeiro” foram disponibilizados no Portal de Governança. **Item 4.3 - Orçamento – Conhecer o orçamento, especialmente quanto à realização de receitas e a execução das despesas de custeio e investimentos:** Foram disponibilizados os quadros comparativos do orçamento previsto com o do orçamento realizado no mês de setembro/2025, registrando-se que se trata de “orçamento financeiro”. O senhor Marcio Marolla apresentou os principais dados de setembro/25. No tocante às receitas, o montante previsto era R\$ 61,4 milhões e o montante realizado foi R\$ 47,4 milhões. O montante realizado de setembro foi inferior ao montante previsto porque não houve necessidade da liberação de recursos do Tesouro e nem do repasse da TCFA-Ibama. Com relação às despesas, o montante previsto era R\$ 58,8 milhões e o montante realizado foi de R\$ 55,8 milhões. Com relação ao período de janeiro/25 a setembro/25, o montante previsto para as receitas era R\$ 543,8 milhões e o montante realizado foi R\$ 493,4 milhões. Com relação as despesas, o montante previsto era R\$ 583,0 milhões e o montante realizado foi de R\$ 521,9 milhões. Registre-se que, no ano de 2025, o montante previsto para as receitas é de R\$ 694,9 milhões e o montante das despesas é de R\$ 758,3 milhões, com base nos dados da 6ª previsão efetuada em 23/09/25. O senhor Marcio Marolla realizou um comparativo entre o que está previsto até o final do ano com o que já foi realizado de janeiro a setembro/25. Pelos dados apresentados, ficou evidenciado que a situação financeira da CETESB é satisfatória. Apesar de não ter sido liberado parte da subvenção do Tesouro, está sendo mantido o equilíbrio financeiro entre os ingressos e os desembolsos. O item “investimento” é o único que merece um pouco mais de atenção, devido à baixa realização no período de janeiro a setembro/25, comparado com o montante a ser realizado até o final do ano. **Item 5.0 – Demonstrativo Controle de Pendências.** Com relação ao acompanhamento das pendências, há as seguintes atualizações para o momento, a saber: 1) O senhor Clodoaldo Macedo, Gerente do Departamento de Auditoria Interna (PA), apresentou o trabalho sobre os prazos atípicos (“outliers”) na concessão das licenças ambientais. O trabalho foi realizado de forma minuciosa, em suas 29 páginas relata as análises de casos e avaliações do tempo de emissão das licenças, segregando por tipo, se rapidamente emitida ou demorada. O trabalho se baseou nos 15.866 documentos emitidos no período de janeiro a setembro/24. Dentre os quais 1.490 foram considerados com prazos atípicos e somente 100 foram examinados. Esses 100 foram distribuídos da seguinte forma: a) Licença Prévia (LP) = 10, b) LP de Reforma ou Modificação = 10, c) Licença de Instalação (LI) = 20, d) Licença de Operação (LO) = 10, e) Licença de Loteamento = 10 e f) Renovação de Licença de Operação (LOR) = 40. A conclusão do trabalho foi resumida nos seguintes termos: 1º) A CETESB dispõe de mecanismos de acompanhamento das licenças ambientais, 2º) Não há procedimento estruturado para avaliação e tratamento dos prazos atípicos na emissão dos documentos, 3º) Não considerar os prazos atípicos pode comprometer os princípios de eficiência, transparência e *accountability*, 4º) A ausência de controle pode indicar riscos: **Risco operacional:** ineficiência processual, gargalos e retrabalhos não identificados; **Risco de conformidade:** descumprimento de prazos estabelecidos em normativos ou compromissos institucionais; **Risco reputacional:** percepção negativa por parte da sociedade e órgãos de controle quanto à previsibilidade e equidade no tratamento dos requerentes; e **Risco estratégico:** impacto sobre a credibilidade e efetividade da política ambiental. Por fim, faz as seguintes recomendações: 1) Implementação de controles específicos para a identificação, registro e acompanhamento dos prazos atípicos nas emissões de licenças ambientais; 2) Elaboração de relatórios periódicos com destaque para os outliers, contendo análise das causas e eventuais medidas de mitigação; 3) Definição de critérios objetivos para caracterização de prazos atípicos, de forma alinhada às melhores práticas de gestão; e 4) Apresentação do plano de ação acompanhado de justificativas e/ou medidas adotadas, bem como, dos prazos para implementação, acerca dos achados de auditoria apresentados neste relatório. O senhor Clodoaldo esclareceu os diversos questionamentos formulados pelos senhores Conselheiros sobre a possibilidade de corrupção em processos com análise acelerada, sem totalidade de documentos ou um mesmo técnico que variação expressiva do tempo de análise. O

senhor Clodoaldo informou que até o final do ano a Diretoria de Controle, enviará a manifestação sobre os apontamentos da PA e abriu a possibilidade de trazer alguém da Diretoria de Controle para apresentar maiores detalhes sobre o trabalho de controle e as manifestações. 2) Com relação ao andamento dos trabalhos do GT sobre os preços das licenças ambientais, o senhor Marcio Marolla informou que ocorreram pequenos avanços, permanecendo, praticamente, os mesmos dados fornecidos na reunião do dia 25/09/25.

Item 5.1 – Conhecer o plano anual da Auditoria Interna e acompanhar a sua execução: O senhor Clodoaldo Macedo de Oliveira, atual Gerente do Departamento de Auditoria Interna (PA), compareceu para tratar dos itens 5.0, 5.1, 5.7 e 5.8 da pauta desta reunião do CF. Com referência ao plano anual da Auditoria Interna, elaborado pelo PA no início de 2025, esclareceu que se encontra disponibilizado no Portal de Governança. Com relação à sua execução, o PA disponibilizou um relatório que trata das realizações do 3º trimestre de 2025 e o acompanhamento dos acórdãos e relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Cabe destacar que o relatório contempla, em síntese, as principais atividades do Departamento de Auditoria Interna (PA), executadas pelas suas duas Divisões, a saber: Divisão de Auditoria Técnica (PAT) e Divisão de Auditoria Administrativa (PAA). As principais atividades foram as seguintes: a) PAT - Foram realizados trabalhos de apuração de denúncias nas Agências de Botucatu e Americana. b) PAA - Com relação as auditorias administrativas, foram concluídas as auditorias relativas a uma apuração de denúncia e uma ocorrência com bem patrimonial. No 3º trimestre de 2025 não foi identificado transações com partes relacionadas. c) PAT em conjunto com PAA – Com relação ao assunto “riscos”, há os seguintes relatórios em fase de conclusão: a) Prazos atípicos nas emissões de licenças ambientais, b) Processo de cadastro de condutores de veículos da CETESB e c) Demandas dos Órgãos de Controle Externo. Além dos trabalhos acima mencionados, foram efetuados atendimentos para os seguintes assuntos: 1) Ofício da CGE sobre licenças ambientais e outros documentos das Usinas Sucroalcoleiras, 2) Treinamentos CGE; apuração preliminar e fiscalização de obras, 3) Requisições TCE; fiscalização e acompanhamento das contas do 1º semestre/25.

Item 5.3 (extra pauta) – Conhecer o plano anual da Auditoria Independente e analisar pareceres e relatórios por ela emitidos. Na reunião anterior do Conselho Fiscal, realizada no dia 25/09/25, não foi possível disponibilizar os relatórios emitidos pela Audilink, relativos aos controles internos do 1º e 2º trimestres/2025. Os assuntos examinados pela Audilink foram os seguintes: caixa, contas a receber, créditos fiscais, adiantamentos a empregados, despesas antecipadas, estoque, depósitos judiciais, dividendos, imobilizado, intangível, fornecedores, salários e encargos, tributos a recolher, credores diversos, provisões diversas, tributos diferidos, patrimônio líquido, receitas de vendas, revisão tributária e tecnologia da informação. Ainda foi informado que no próximo trimestre os relatórios de controles internos de compras e recursos humanos serão disponibilizados para apreciação dos conselheiros.

Item 5.7 – Conhecer o relatório emitido pela Controladoria Geral do Estado (CGE) (antigo Departamento de Controle e Avaliação - DCA, da Secretaria da Fazenda e Planejamento) e acompanhar o atendimento de eventuais recomendações. O PA, em seu relatório referente as atividades desenvolvidas no 3º trimestre de 2025, não relata recomendações e relatórios que tenham sido emitidos pela CGE.

Item 5.8 – Conhecer os acórdãos e relatórios do Tribunal de Contas do Estado - TCESP e acompanhar o atendimento a eventuais recomendações e/ou determinações. Com relação ao andamento dos processos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), o PA, em seu relatório de atividades do 3º trimestre de 2025, informa que, no momento, existem 06 processos relativos as contas anuais da CETESB. Os 6 processos, em questão, são do período de 2020 a 2025. Os processos dos anos de 2020 e 2022 foram julgados regulares com ressalvas, porém ainda não oficializados. Os demais processos dos exercícios de 2023 a 2025, estão em análise. Este assunto consta do primeiro relatório do PA, mencionado no item 5.1 e relativo às atividades desenvolvidas no 3º trimestre de 2025.

Item 6.1 – Posição das CND's (Certidões Negativas de Débitos): Os senhores Conselheiros tomaram conhecimento do quadro resumo atualizado das CND's, disponibilizado no Portal de Governança. Certidão FGTS, vencimento 02/11/25, Certidão Conjunta (Tributos Federais, Previdenciários e Dívida Ativa União), vencimento 18/01/26 e certidão de Débitos Trabalhistas, vencimento em 07/12/25.

Item 6.2 – Certidões de Regularidade Fiscal de Propriedade de Imóveis: Foi disponibilizada aos senhores Conselheiros

a relação das Certidões de Regularidade Fiscal atualizada com vencimento em 01/03/26, para os imóveis da Sede e para as Agências Ambientais, vencimentos diversos até 16/02/26. **Item 10.1 – Acompanhar a evolução dos passivos contingentes.** O Departamento Jurídico (PJ), elabora uma Nota Técnica (NT) sobre a evolução dos passivos contingentes. A atualização do relatório emitido pelo PJ é trimestral, com datas-bases em 31/03, 30/06, 30/09 e 31/12. Foi disponibilizada no Portal de Governança a manifestação do Departamento Jurídico (PJ), pela Nota Técnica nº 09/2025/PJ de 13/10/25, relativa ao período de julho/25 a setembro/25. De forma resumida, a manifestação do PJ contempla os seguintes assuntos: **a)** Processos Judiciais Cíveis – classificados como “Provável”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 16,1 e em 30/09/25 foi reduzido para R\$ 10,3 milhões. Classificados como “Possível”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 167,0 e em 30/09/25 foi atualizado para R\$ 172,9 milhões. **b)** Processos Judiciais Tributários – classificados como “Provável”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 23,0 e em 30/09/25 foi atualizado para R\$ 23,4 milhões. Classificados como “Possível”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 53,4 e em 30/09/25 foi atualizado para R\$ 54,3 milhões; **c)** Processos Administrativos Tributários - todos foram classificados como “Possível”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 41,3 e em 30/09/25 foi atualizado para R\$ 42,3 milhões e **d)** Ações Trabalhistas e Dissídios Coletivos - classificados como “Provável”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 18,6 e em 30/09/25 foi atualizado para R\$ 18,7 milhões. Classificados como “Possível”, em 30/06/25 o montante era de R\$ 12,7 e em 30/09/25 foi atualizado para R\$ 13,0 milhões. **Item 10.3 – Verificar os créditos a receber considerados “liquidação duvidosa.** Foi disponibilizado um quadro demonstrativo sobre os critérios utilizados para o provisionamento dos principais valores a receber. O saldo total, em 30/09/25, era de (R\$ 5,1) milhões, sendo que os principais saldos contábeis são: **a)** Provisão PECLD para impostos a recuperar = R\$ 529 mil, aumento da despesa, avaliação trimestral pelo Departamento Jurídico (PJ), **b)** Reversão da provisões de Indenizações Processos Cíveis = (R\$ 606) mil, redução de despesa, avaliação trimestral pelo PJ, de eventuais estornos contábeis, **c)** Reversão de PECLD – Multas Industriais = (R\$ 6,8) milhões, redução das despesas, avaliação periódica pelo Departamento Econômico Financeiro (AF), de eventuais estornos contábeis e **d)** Provisão PECLD – Parcelamentos – R\$ 1,9 milhões, aumento das despesas, avaliação periódica pelo Departamento Econômico Financeiro (AF). **Item 11.2 – Processos Licitatórios** - Foram disponibilizados os demonstrativos das contratações com valor acima de R\$ 150 mil, referente ao mês de setembro/25. As contratações concluídas em setembro/25, em síntese, foram as seguintes: **a)** na modalidade de inexigibilidade, 1 (um) processo licitatório no montante de R\$ 191 mil; **b)** na modalidade de dispensa, 2 (dois) processos licitatórios no montante de R\$ 359 mil e **c)** na modalidade de pregão eletrônico, 8 (oito) contratações no montante de R\$ 23 milhões. O total contratado no mês de setembro/25 foi de R\$ 23,5 milhões. **Item III - Atas de Reuniões - Conhecer as atas de reuniões da Diretoria, do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais de Acionistas e eventuais documentos acessórios, especialmente aqueles que deram amparo às decisões tomadas** – **Item 3.1.a – Atas das Reuniões da Diretoria:** As últimas Decisões de Diretoria (DDs), disponibilizadas no Portal de Governança, foram as de nº 052/2025/P a nº 057/2025/E/A, da reunião nº1249ª, de 15/08/25. As DDs posteriores estão em processo de conclusão/assinatura. **Item 3.1.b - Atas do Conselho de Administração (CA):** A última ata disponibilizada no Portal de Governança e no site da CETESB, foi referente a 621ª reunião, de 31/07/25. As atas posteriores estão em processo de conclusão/assinatura. **Item 5.4 – Atas do Comitê de Auditoria (CoAud):** A última ata disponibilizada no Portal de Governança e no site da CETESB, foi referente a 150ª reunião, de 31/07/25. As atas posteriores estão em processo de conclusão/assinatura. **Item IV - Assuntos Diversos:** Os seguintes itens ficaram pendentes de deliberação e serão apresentados na próxima reunião: item 5.0 – Demonstrativo Controle de Pendência - item 8.1 – Acompanhar a aplicação do Código de Conduta e sua disponibilização; item 5.5 – Conhecer a estrutura de gerenciamento das Áreas de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno e acompanhar o cumprimento das suas atividades, por meio do exame de pareceres e relatórios emitidos pela área; e item 8.2 - Acompanhar os relatórios fornecidos pela unidade responsável pelo recebimento de denúncias relativas a violações ao Código de Conduta, às políticas e normas da organização, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração. A senhora Ana Elisa informou que a próxima reunião fica agendada para o dia

27/11/25 (5ª feira). Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e, para os devidos fins, foi lavrada e assinada a presente ata pelos senhores Conselheiros e empregados da CETESB.

São Paulo, na data da assinatura digital.

[NOME DO SIGNATÁRIO]

[Cargo do signatário]



Documento assinado eletronicamente por **Michel Minerbo, Coordenador**, em 01/12/2025, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tzung Shei Ue, Chefe de Assessoria**, em 01/12/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Gerhardt Lindenmayer, Subsecretário**, em 01/12/2025, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Antonio Diniz, Subsecretário de Habitação Social, Respondendo Pela Chefia de Gabinete**, em 01/12/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública**, em 01/12/2025, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Negrão Marolla, Gerente de Departamento**, em 02/12/2025, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Elisa Queiroz Correa, Gerente de Divisão**, em 05/12/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador 0090683754 e o código CRC C396BFD4.